

## DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FERRAMENTA DE COMBATE AO ENDIVIDAMENTO NO BRASIL

### CHALLENGES OF FINANCIAL EDUCATION AS A TOOL TO FIGHT INDEBT IN BRAZIL

Eliane Alves de Souza<sup>1</sup>

Bruna Nunes Mont' mor<sup>2</sup>

Karen Santos D'Oliveira<sup>3</sup>

Luciene Suzarte Santos<sup>4</sup>

Maria José Silva Almeida Trindade<sup>5</sup>

**RESUMO:** O tema desta pesquisa é voltado para a Educação. O estudo apresentado no referencial teórico verifica os conceitos sobre Educação Financeira e endividamento. Buscou-se reunir dados com o propósito de responder ao problema central da pesquisa: quais os desafios da Educação Financeira como ferramenta de combate ao endividamento no Brasil? Os métodos utilizados foram os de revisão bibliográfica e documental. Com base nas análises bibliográfica e documental, a pesquisa verificou que os indicadores econômicos apresentam crescimento do endividamento das famílias brasileiras, apesar dos programas de Educação Financeira apoiados pelo Governo Federal e Mercado Financeiro, o que torna necessário uma reflexão sobre a eficácia da execução desses programas.

**Palavras-chave:** Educação. Educação Financeira. Endividamento.

**RESUME:** The theme of this research is focused on Education. The study presented in the theoretical framework verifies the concepts of Financial Education and indebtedness. We sought to gather data in order to answer the central problem of the research: what are the challenges of Financial Education as a tool to combat indebtedness in Brazil? The methods used were bibliographic and documental review. Based on bibliographic and documental analyses, the research found that economic indicators show growth in the indebtedness of Brazilian families, despite the Financial Education programs supported by the Federal Government and Financial Market, which makes it necessary to reflect on the effectiveness of the execution of these programs.

**Keywords:** Education. Financial education. Indebtedness.

#### 1. INTRODUÇÃO

A partir da pandemia da COVID-19, iniciada em dezembro de 2019, mas divulgada somente a partir do mês de março de 2020, o mundo experimentou uma configuração de vida totalmente diferente. A adaptação aos protocolos de segurança sanitária foi de maneira compulsória e sob o impacto de uma infeliz surpresa e despreparo de toda sorte. O mundo não esperava ter de lutar contra um inimigo até então desconhecido e invisível, porém muito poderoso. Enquanto a comunidade científica acelerava as pesquisas em busca de vacinas que pudessem salvar a humanidade, como medida de conter o avanço da contaminação pelo vírus da Covid-19, governos decretavam *lockdown*. Algumas categorias profissionais puderam trabalhar em modalidade *home office*; mas, milhões de trabalhadores, sem essa condição, dependeram do auxílio emergencial dos governos. O mundo enfrentou falências de alguns setores do comércio e indústria, aumento do desemprego e da miséria. A recessão econômica atingiu tanto economias avançadas quanto emergentes, pois estamos na Era da globalização onde as Economias também são globalizadas. Segundo Fabiano Silvio Colbano (2021)<sup>6</sup>, economista do Banco Mundial:

<sup>1</sup> Mestra e doutoranda em Ciências da Educação pela *Universidad Columbia del Paraguay - Asunción-Py*. Especialista em Administração Estratégica pela UNESA - Brasil. Bacharel em Ciências Contábeis pela Federação das Faculdades Celso Lisboa - Brasil; Servidora Federal na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

<sup>2</sup> Mestra em Síntese Orgânica e Produtos Naturais pela Universidade Federal de Viçosa; doutoranda em Ciências da Educação pela *Universidad Columbia del Paraguay, Asunción-Py*.

<sup>3</sup> Mestra e doutoranda em Ciências da Educação pela *Universidad Columbia Del Paraguay, Asunción - Py*. Especialista em Gestão Escolar - Orientação e Supervisão.

<sup>4</sup> Mestra e doutoranda em Ciências da Educação pela *Universidad Columbia del Paraguay, Asunción - Py*. Especialista em Africanidades pela FACON.

<sup>5</sup> Mestra e doutoranda em Ciências da Educação pela *Universidad Columbia del Paraguay, Asunción - Py*. Especialista em Psicopedagogia clínica e institucional pela UNINOVE.

<sup>6</sup> <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2021/06/23/cenario-economico-no-brasil-e-no-mundo-pos-covid-19/>

Para se ter uma ideia do que foi o choque do coronavírus, em 2020, a gente saiu no mundo de um crescimento de 2.5%, em 2019, para uma recessão mundial de 3.5%, em 2020, com as economias avançadas caindo 7.7% e as emergentes caindo 1.7%, aí um pouco seguradas pela própria China. (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

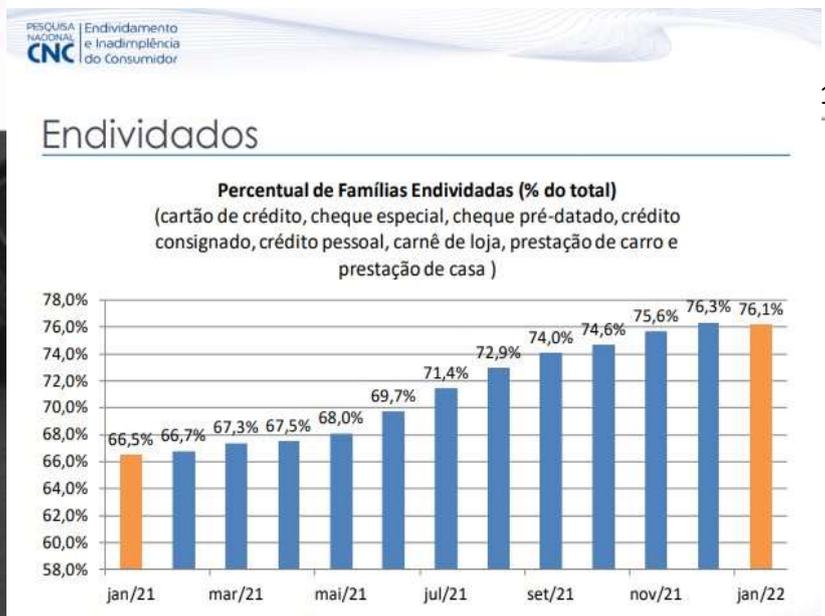
No ano de 2020, o Banco Central do Brasil (BACEN) publicou a série histórica do nível de endividamento da pessoa física no período de 2010 a 2019, conforme demonstrado no gráfico nº 1. O Relatório de Estabilidade Financeira (REF)<sup>7</sup>, publicação semestral do BACEN, em sua edição de outubro de 2021, indicou que “o comprometimento de renda dos tomadores de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN)<sup>8</sup> naquele período manteve-se estável, embora merecesse atenção a elevação do endividamento”. No mês de janeiro de 2022, a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)<sup>9</sup> da Confederação Nacional do Comércio (CNC – Divisão Econômica)<sup>10</sup> publicou a série histórica do percentual de famílias brasileiras endividadas no período de janeiro de 2021 a janeiro de 2022, como é possível visualizar no gráfico nº 2. Percebe-se, a partir da análise desses dados, que o endividamento da sociedade brasileira é um problema bem anterior à pandemia e que é urgente uma análise crítica sobre os desafios a serem enfrentados pelos programas de Educação Financeira apoiados pelo Governo Federal e Mercado Financeiro. No Brasil, a pandemia potencializou o que já existia: desemprego, pobreza e alto índice de endividamento das famílias brasileiras. Apesar de todo esforço em torno do incentivo à expansão da Educação Financeira em nível nacional, os indicadores não estão apresentando resultados positivos quanto ao equilíbrio financeiro da população; assim, há a necessidade da observação e da reflexão crítica sobre o que porventura possa estar dando errado nesse sentido e aprimorar o que já está sendo feito.

Gráfico 1

Gráfico 2



Fonte: Banco Central do Brasil 2020



Fonte: Peic/CNC

Os dados destes indicadores apontam que a sociedade brasileira, ao longo da última década, se endividou em nível crescente, com uma discreta queda do índice em janeiro de 2022.

<sup>7</sup> Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central do Brasil – <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira>:

“O Relatório de Estabilidade Financeira (REF) é uma publicação semestral do Banco Central do Brasil (BCB) que apresenta o panorama da evolução recente e as perspectivas para a estabilidade financeira no Brasil, com foco nos principais riscos e na resiliência do Sistema Financeiro Nacional (SFN), bem como comunica a visão do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) sobre a política e as medidas para preservação da estabilidade financeira”. (Prefácio do REF – BACEN)

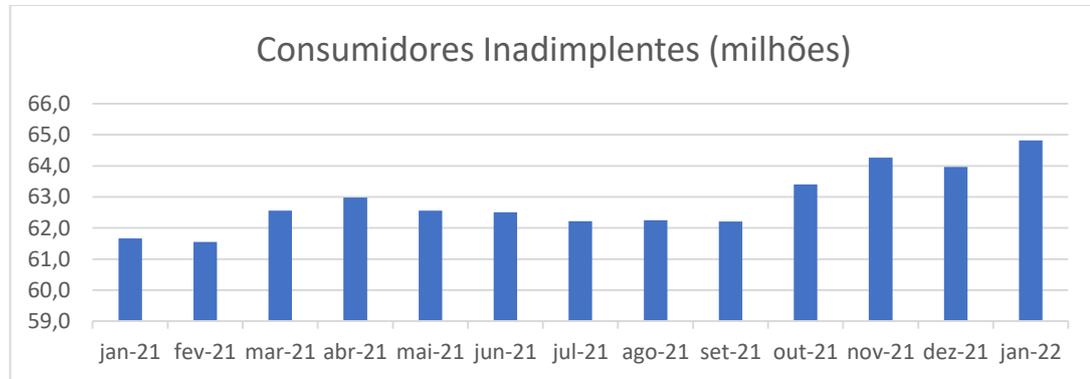
<sup>8</sup> <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>

<sup>9</sup> <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-janeiro-de-2022/413209>

<sup>10</sup> <https://www.portaldocomercio.org.br/>

De acordo com o Indicador Serasa *Experian* de Inadimplência do Consumidor (Gráfico nº 3), o ano de 2022 já começou com 64,8 milhões de brasileiros inadimplentes, o que significa um quantitativo de 3,1 milhões a mais em relação ao quantitativo de inadimplentes no mês de janeiro de 2021.

Gráfico 3



Fonte: Serasa Experian (Estudos e Pesquisas)

Em paralelo ao crescente descontrole financeiro dos consumidores no Brasil na última década, o governo federal através do Decreto Federal nº 7.397 de 2010 criava a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF<sup>11</sup>. O objetivo da criação da ENEF foi fornecer, fortalecer e apoiar ações de Educação Financeira aos cidadãos brasileiros. No ano de 2020, pelo Decreto Federal nº 10.393, a ENEF passou por uma reestruturação e tem dois focos: educação financeira nas escolas para os níveis fundamental e médio e educação financeira para adultos. A ENEF foi criada sob a inspiração do conceito de Educação Financeira definido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>12</sup>. Segundo a OCDE,:

Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (OCDE, 2005).

A intenção do Brasil em ingressar na OCDE, sem dúvida, colaborou para a criação da ENEF. A OCDE é composta por 38 países com os maiores índices de desenvolvimento humano (IDHs) e econômico do planeta e, segundo sua descrição oficial, o objetivo desta organização é “construir políticas melhores para vidas melhores”. Para um país integrar a OCDE precisa cumprir 253 pontos exigidos pela Organização, dentre eles está o incentivo à criação de uma Estratégia Nacional de Educação Financeira sob a competência do Comitê de Mercados Financeiros (CMF)<sup>13</sup> e do Comitê de Seguros e Pensões Privadas (IPPC)<sup>14</sup>. De acordo com a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)<sup>15</sup>, em sua página “Portal SUSEP de Educação Financeira”<sup>16</sup>, o Brasil recebeu em 28/08/2020 a aprovação da OCDE de novos instrumentos legais relacionados à área de Educação Financeira. Uma das vantagens de um país entrar para a OCDE é estar entre os países mais ricos do mundo e ser classificado como um país atraente para investimentos, o que favorece muito sua Economia. De acordo com o documento “Recomendação do Conselho sobre Alfabetização Financeira” da OCDE,

A alfabetização financeira tornou-se uma prioridade política de longo prazo em muitos países e economias e é reconhecida como um complemento importante para a conduta de mercado, regulamentação prudencial e inclusão financeira. Em maio de 2020, mais de 70 países e economias em todo o mundo estavam projetando ou implementando estratégias

<sup>11</sup> <https://www.vidaedinheiro.gov.br/>

<sup>12</sup> <https://www.oecd.org/>

<sup>13</sup> <https://www.meufuturoseguro.gov.br/noticias/brasil-e-aprovado-pela-ocde-para-instrumentos-de-educacao-financeira>

<sup>14</sup> <https://www.meufuturoseguro.gov.br/noticias/brasil-e-aprovado-pela-ocde-para-instrumentos-de-educacao-financeira>

<sup>15</sup> <http://novosite.susep.gov.br/>

<sup>16</sup> <https://www.meufuturoseguro.gov.br/noticias/brasil-e-aprovado-pela-ocde-para-instrumentos-de-educacao-financeira>

nacionais de alfabetização financeira. (OCDE Recomendação do Conselho de Alfabetização Financeira, OECD/LEGAL/0461, p. 3).

Para apresentar de uma forma objetiva o trabalho da ENEF, o site governamental Vida e Dinheiro ([www.vidaedinheiro.gov.br](http://www.vidaedinheiro.gov.br)) publicou os seguintes INFOGRÁFICOS:

Infográfico 1



Fonte: <https://www.vidaedinheiro.gov.br> (ENEF)

Infográfico 2



Fonte: <https://www.vidaedinheiro.gov.br> (ENEF)

Este artigo tem como objetivo geral analisar os desafios da educao financeira no Brasil e o objetivo especfico *é* buscar possveis falhas da ENEF quanto aos seus pblicos-alvo.

A pesquisa justifica-se pela relevncia e atualidade do tema. Uma sociedade analfabeta financeiramente, e endividada, *é* um obstculo ao desenvolvimento econmico, pois encarece transaes comerciais e financeiras. A concessao de crdito, numa sociedade com alto ndice de inadimplncia, torna-se uma operao financeira de alto risco, o que eleva a taxa de juros de produtos financeiros, encarecendo as operaes de crdito. O crdito sendo bem utilizado, com responsabilidade e dentro dos limites do oramento domstico, ou empresarial, *é* algo positivo para o consumidor desse tipo de produto, para o mercado financeiro e para a Economia do pas; mas, pode ser uma ferramenta altamente destrutiva se for utilizado por uma sociedade sem a Educao Financeira consolidada como cultura. J *á* em 2014, quando o nmero de consumidores inadimplentes atingiu o recorde de 57 milhes no Brasil,

Vander Nagata<sup>17</sup>, executivo da Serasa Experian<sup>18</sup>, declarou que o combate ao descontrole financeiro deve ser pela Educação Financeira, transformando a teoria em comportamento consciente e que “Esse é o desafio do brasileiro, que hoje gasta mais do que ganha e não poupa, apesar de ter consciência da importância dessas atitudes”<sup>19</sup>.

Primeiramente, o Brasil precisa incutir na mentalidade do brasileiro o hábito do controle financeiro a partir do despertar da consciência crítica de sua própria condição financeira atual. Para Freire (1980, p. 25) o termo “conscientização” funciona como “um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade”. O teórico declara que “é preciso, portanto, fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação”. (FREIRE, 1980, p. 40)

## 2. METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa é baseada na obra “Etapas da Pesquisa Científica” de autoria do dr. José Maurício Diascânio (2020).

Objetivando uma revisão bibliográfica crítica e documental, foram definidas palavras-chaves para a pesquisa de produções acadêmicas de diferentes tipos, publicadas em anos posteriores a 2018, além de pesquisas às bases documentais de institutos oficiais de estatísticas e de indicadores sócio-econômicos. Utilizaremos como fontes de pesquisas: indicadores do Banco Central do Brasil (Bacen)<sup>20</sup>, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)<sup>21</sup> e de empresas de consultoria de crédito como a Serasa Experian e o SPC-Brasil<sup>22</sup>, além de trabalhos científicos que problematizem o fenômeno do endividamento.

A metodologia utilizada se ancora na pesquisa do tipo sondagem como estratégia investigativa, pois de acordo com Diascânio (2020),

Geralmente, opta-se pelos estudos de sondagem quando o nível de ineditismo dos propósitos da pesquisa não é elevado, cuja temática necessita ainda ser mais estudada, quando se necessita levantar maiores esclarecimentos sobre o problema, ou coletar dados para se conhecer melhor as causas, comportamento e/ou as consequências do problema estudado. (DIASCÂNIO, 2020, p. 119).

162

Para o desenvolvimento deste estudo o Método Estatístico foi utilizado, pois na visão do autor (2020 p. 121) ele “é utilizado em pesquisa cujos dados têm características numéricas, ou seja, quantitativos, originando tabelas e gráficos”.

Como fontes de informações foram utilizados arquivos públicos de instituições oficiais de pesquisas de dados econômicos. Diascânio (2020, p. 136) explica que “os arquivos públicos são locais de coleta de informações teóricas, legais, documentais ou estatísticas para a pesquisa”. Destarte, a originalidade dos dados da pesquisa é secundária. De acordo com autor (2020):

Fontes secundárias são aquelas que correspondem aos dados já coletados, utilizados e/ou modificados. São as interpretações e avaliações das fontes primárias, sendo utilizadas agora para dar continuidade nos estudos da mesma matemática, porém sem a necessidade de o pesquisador ir a campo. Sua utilização está associada geralmente às pesquisas do tipo Documental, portanto, já se distanciaram da sua fonte de originalidade, pois outras pessoas já interferiram e modificaram a novidade, como, por exemplo, dados de pesquisas, artigos, arquivos. (DIASCÂNIO, 2020, p.137-138)

A pesquisa é de natureza básica, também chamada de pesquisa pura ou fundamental. Ainda de acordo com o mesmo autor “a pesquisa básica se identifica por gerar novos conhecimentos

<sup>17</sup> <https://br.linkedin.com/in/vander-nagata> - VP de Strategy & Corporate Development Latin America e Diretor Estatutário do Brasil

<sup>18</sup> <https://www.serasaexperian.com.br/>

<sup>19</sup> [http://fetraconspar.org.br/oi/backup/index.php?option=com\\_content&view=article&id=41348:numero-de-consumidores-inadimplentes-atinge-recorde-de-57-milhoes-no-pais&catid=161:economia&Itemid=85](http://fetraconspar.org.br/oi/backup/index.php?option=com_content&view=article&id=41348:numero-de-consumidores-inadimplentes-atinge-recorde-de-57-milhoes-no-pais&catid=161:economia&Itemid=85)

<sup>20</sup> <https://www.bcb.gov.br/?bc=>

<sup>21</sup> <https://www.portaldocomercio.org.br/>

<sup>22</sup> <https://www.spcbrasil.org.br/>

científicos que não serão capazes de intervir ou modificar o fenômeno pesquisado, imediatamente depois de finalizada” e de natureza descritiva quanto aos objetivos. Essa afirmativa encontra respaldo na fala do autor (2020):

O objetivo de gerar uma pesquisa Descritiva se dá em função do pesquisador possuir embasamentos teóricos sobre a temática que já o possibilitem continuar e aprofundar ainda mais sobre o fenômeno pesquisado; então, ele se planeja para buscar novas informações a respeito do problema da pesquisa, e/ou das causas do problema, e/ou das consequências do problema estudado. (DIASCÂNIO, 2020, p. 140)

A pesquisa classifica-se quanto à abordagem como quantitativa e os procedimentos técnicos utilizados foram bibliográficos e documentais, com temporalidade Transversal. Segundo Diascânio (2020),

Pesquisa de temporalidade Transversal consiste na realização da fase de coleta de dados em um período específico de tempo menor que 3 anos, de modo a se obter um retrato instantâneo ou sincrônico dos seres, dados ou objetos investigados. (DIASCÂNIO, 2020, p. 169).

### 3. A ENEF E SEUS PÚBLICOS-ALVO

Na Constituição Federal de 1988, a educação foi elevada a condição de Direito Social. Os Direitos Sociais, na chamada Constituição Cidadã, estão abarcados no Título II que diz respeito aos Direitos e Garantias Fundamentais:

São direitos sociais a **educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, Constituição Federal de 1988, art. 6 - Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

Já o seu artigo 205 garante que a educação é direito de todos e dever do Estado:

A **educação, direito de todos** e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, Constituição Federal de 1988, art. 205).

163

É possível perceber no artigo 205 que a Educação tem objetivos claros que vão além da qualificação profissional quando faz referência ao “pleno desenvolvimento da pessoa” e ao “preparo para o exercício da cidadania”. É exatamente o que a Educação Financeira objetiva fazer e faz nas finanças de quem se interesse por esse tipo de informação e coloca em prática seus ensinamentos. O desenvolvimento da habilidade financeira é fundamental para o alcance da prosperidade consolidada e não temporária; e essa instrução é um direito constitucional, extensível a todos, e resguardado pelas Garantias Fundamentais.

Os públicos-alvo da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) são:

- Alunos do ensino fundamental;
- Alunos do ensino médio e
- Adultos: aposentados e mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Alunos dos cursos de graduação universitária não estão contemplados pela ENEF. A OCDE (2015) recomenda a países membros e não membros que a Educação Financeira “deve ser vista como um processo contínuo, permanente e vitalício, especialmente a fim de capturar a maior sofisticação dos mercados, as necessidades variáveis em diferentes fases da vida, e informações cada vez mais complexas”. Nesta recomendação está implícita a necessidade da inserção de disciplinas ligadas à Educação Financeira nas matrizes curriculares dos cursos de graduação uma vez que, de acordo com a própria OCDE, trata-se de um processo contínuo, permanente e vitalício. As universidades qualificam para o exercício profissional, mas não para a administração otimizada, inteligente das receitas oriundas das futuras profissões escolhidas. De acordo com Halfeld (2007):

Não são poucos os profissionais competentes que ganham bastante dinheiro durante alguns anos, mas que não conseguem fazer um “pé-de-meia”. Alguns jogadores de futebol

servem como exemplos de maus administradores de suas finanças pessoais. Muitos dizem que a insuficiente formação intelectual desses atletas os levou aos problemas financeiros no final da carreira. Entretanto, muitos outros profissionais cultos e inteligentes cometem erros ainda mais graves. (HALFELD, 2007, p. 15)

A Educação é um direito assegurado pela Constituição Federal Brasileira de 1988 a todos, sem distinção, como Direito Social dentro das Garantias Fundamentais. HALFELD (2006), declara em sua obra sobre Investimentos:

Em minha carreira de professor universitário, tenho tido a oportunidade de conviver com pessoas muito inteligentes e bem-informadas. Entretanto, percebo que nossas escolas têm deixado uma grande lacuna na formação dos cidadãos brasileiros. Muitos médicos, dentistas, advogados, engenheiros e jornalistas nunca tiveram a oportunidade de conhecerem os princípios de administração, de contabilidade ou de matemática financeira. Essas pessoas, embora sejam muito bem capacitadas profissionalmente, acabam equivocando-se diante de decisões sobre dinheiro. (HALFELD, 2006, apresentação).

O público-alvo da ENEF é muito limitado diante da imensa massa de endividados e inadimplentes no Brasil. Ao contrário, os meios de comunicação de massa que são sustentados prioritariamente por verbas pagas pelas empresas de *marketing*, assediam os cidadãos diuturnamente com suas “ofertas”, alcançando todos os públicos, de crianças a idosos. A Educação Financeira no Brasil, na configuração em que está proposta é, numa linguagem figurada, uma luta entre “Davi e Golias” quando se trata de educar financeiramente uma geração manipulada pelas propagandas na TV, internet, rádio etc. De acordo com Ribeiro e Lara (2016), a manipulação do consumo é típica do capitalismo atual em que o indivíduo é levado a acreditar que o “ter” é mais importante do que o “ser” e nessa perspectiva é que, segundo os autores, “a naturalização das relações sociais encontra legitimidade pelos padrões de consumo e consequente estilos de vida (...)”:

A manipulação do consumo é um fenômeno intrínseco ao avanço da produção capitalista, desde a fase do imperialismo (das grandes corporações e monopólios), mas ganha sua particularidade no atual contexto de mundialização e financeirização do capital. A manipulação, como forma típica de estranhamento do capitalismo atual, opera na vida social por meio de ideologias que influenciam e orientam os indivíduos nas formas de consumo (de todo tipo de mercadoria). Esse processo é observável pela cultura da propaganda que modela os estilos de vida dos indivíduos de acordo com a mercadoria consumida. O indivíduo passa a ser o que tem, especificamente é o que consome. A individualidade é confortada pela satisfação das necessidades criadas e impostas pela reprodução do capital. Aqui o sentido do “ter” é o fenômeno que se impõe à essência do ser. Nesse caso, o ser social é mediado pelas relações fetichizadas e reificadas de uma socialidade que necessita manter ininterruptamente as necessidades da reprodução ampliada do capital. (RIBEIRO e LARA, Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 126, p. 340-359, maio/ago. 2016)

A iniciativa da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em educar financeiramente crianças, no nível fundamental, e jovens, no nível médio, é acertada! Mas, como o próprio site governamental Vida e Dinheiro<sup>23</sup> esclarece, “a educação financeira é importante em todas as fases da vida, e aprender desde cedo ajuda a fundamentar nossos comportamentos”. A questão, que merece uma reflexão, é a necessidade da continuidade da construção e aprimoramento de habilidades financeiras no indivíduo ao longo dos anos de estudos também nos cursos de graduação universitária. O quantitativo de jovens universitários endividados é significativo no Brasil. Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)<sup>24</sup>, em outubro de 2021, cerca de 1 milhão de estudantes estavam inadimplentes com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)<sup>25</sup>. O Senado Federal<sup>26</sup> brasileiro já estuda uma solução para as dívidas desses alunos da rede privada de ensino.

<sup>23</sup> <https://www.vidaedinheiro.gov.br/>

<sup>24</sup> <https://www.gov.br/fnde/pt-br>

<sup>25</sup> <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/fies/Paginas/default.aspx>

<sup>26</sup> <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/19/senado-estuda-solucao-para-dividas-de-alunos-com-o-fies>

O programa da ENEF alcança aposentados e mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, mas não contempla os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>27</sup> e pensionistas que recebem 1 salário-mínimo vigente no país.

Todo brasileiro deveria fazer parte do público-alvo da Educação Financeira no Brasil, da infância à terceira idade, de todas as classes sociais, num processo contínuo de ensino-aprendizagem, como é a própria essência da educação.

#### 4. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Somente em 2020, o Ministério da Educação (MEC)<sup>28</sup> tornou obrigatório o ensino de Educação Financeira nas redes de ensino. Para realizar a implementação, as instituições devem atender às novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>29</sup>.

Em primeiro lugar, a Educação Financeira não é uma disciplina; mas, um dos temas a serem desenvolvidos no contexto do ensino da Matemática. Esse fato não é de todo ruim, porém, pelo grau de sua importância, a Educação Financeira deveria ser um componente curricular.

Um grande desafio a ser enfrentado para uma implementação bem-sucedida da Educação Financeira no Brasil, é a formação dos professores. Sabemos que quando se trata de capacitação com financiamento governamental, no Brasil, isso não ocorre de forma rápida e prática. Mais do que treinar professores para replicar o programa de Educação Financeira em sala de aula, é preciso lembrar que eles também são consumidores e que também precisam desse tipo de formação para transformar suas próprias finanças pessoais. Professores no Brasil são desvalorizados, ganham mal e muitos desses profissionais estão com problemas financeiros<sup>30</sup>. O curso de capacitação precisa considerar o professor a ser treinado como cidadão-consumidor a ser transformado em seus hábitos consumistas. Em agosto de 2021, o Ministério da Educação (MEC)<sup>31</sup>, em parceria com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM)<sup>32</sup>, divulgou o projeto de capacitação de docentes em Educação Financeira no prazo de três anos, com o objetivo de atender 25 milhões de alunos da rede básica de ensino; porém, para que esse projeto seja bem-sucedido, o primeiro aluno a ser atendido deve ser o professor.

Muitos são os desafios para a implementação da Educação Financeira no Brasil como as desigualdades sociais e regionais num país de dimensões continentais.

Há um longo caminho a percorrer, pois o desenvolvimento econômico de uma nação é uma responsabilidade que passa também pela Educação; e o combate ao endividamento da população brasileira atual e das futuras gerações, é urgente!

#### CONCLUSÃO

O tema da pesquisa foi separado visando entender melhor a situação-problema por que passa o esforço de incentivo e ampliação da Educação Financeira no Brasil.

O problema do endividamento das famílias brasileiras persiste há anos. Os indicadores analisados mostraram que apesar de todo movimento em torno da Educação Financeira no Brasil, a inadimplência e endividamento só aumentam.

Esta pesquisa não pretendeu resolver a situação, mas contrapor os indicadores econômicos no que tange o endividamento das famílias brasileiras ao longo da última década em contraste com o esforço em torno da disseminação da Educação Financeira no Brasil. Diante deste contraste de resultados, conclui-se que é necessário refletir sobre a o que possa estar falhando no ensino da Educação Financeira no Brasil, além da necessidade de ampliação do público-alvo da Estratégia Nacional de Educação Financeira e contínua capacitação dos professores deste programa governamental.

<sup>27</sup> <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc>

<sup>28</sup> <https://www.gov.br/mec/pt-br>

<sup>29</sup> <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

<sup>30</sup> <https://profemarli.com/professores-endividados-e-deprimidos>

<sup>31</sup> <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa>

<sup>32</sup> <http://www.edufinanceiranaescola.gov.br/>

## BIBLIOGRAFIA

AEF BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. 2017. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br>. Acesso: 05 de março de 2022.

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Cenário econômico no Brasil e no mundo pós-covid-19**. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2021/06/23/cenario-economico-no-brasil-e-no-mundo-pos-covid-19>. Acesso em: 11 de março de 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inflação de junho e de setembro de 2021**, vol. 20, n. 2, out. 2021, disponível em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ri>, acesso em: 16 de março de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. CVM Educacional. **Educação Financeira na Escola**, 2021, disponível em: <http://www.edufinanceiranaescola.gov.br>. Acesso: 21 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso: 23 de março de 2022.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, art. 6 - Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015.

\_\_\_\_\_. art. 205. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao). Acesso: 01 de março de 2022.

BRASIL, **Decreto nº 7.397** de 22 de dezembro de 2010. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2010. p. 7.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 10.087** de 05 de novembro de 2019. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 nov. 2019. p. 6

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)**. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-janeiro-de-2022/413209>. Acesso em 15 de março de 2022.

DIASCÂNIO, J.M. **Etapas da pesquisa científica** – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2020, 222p.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire** – 3ª ed. – São Paulo: Moraes, 1980.

HALFELD, M. **Investimentos: Como administrar melhor seu dinheiro**, São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2006.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) **Recomendação do Conselho de Alfabetização Financeira**, OECD/LEGAL/0461, p. 3.

OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**, julho de 2005.

RIBEIRO, R. F. e LARA, R. **O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório**. Serviço Social & Sociedade [online]. 2016, n. 126 [Acessado 20 março 2022], pp. 340-359. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.072>. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.072>.

SERASA EXPERIAN. Indicadores Econômicos. **Inadimplência do Consumidor**. 2022. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/indicadores-economicos>. Acesso: 10 de março de 2022.

SPC-BRASIL. Pesquisas e Índices Econômicos. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.